

APRESENTAÇÃO

Dossiê Migrações, exílios e diásporas: o mundo em movimento no século XIX

Marina Simões Galvanese, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho* ✉



Marcelo Vieira Magalhães, *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte* ✉

Pablo Ferreira, *FHCE, Universidad de la República Uruguay* ✉

Em 2024, um grupo de quarenta e oito pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições do país e do exterior reuniu-se, virtualmente, no Colóquio Internacional *Migrações, Exílios e diásporas: experiências multiétnicas, multirracias e transnacionais no longo oitocentos*. Promovido pelo Centro de Estudos do Oitocentos (CEO) e pelo Núcleo de Migrações, Identidades e Cidadanias (NEMIC), ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF), pelo Núcleo de Pesquisa Impérios e Lugares no Brasil, da Universidade Federal de Ouro Preto (ILB-UFOP)Ufop e pelo Grupo de Pesquisa, População, Família, Migração e Gênero na Amazônia (RUMA-UFPA), o evento, que durou cinco dias, foi transmitido pelo YouTube do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e contou com ampla audiência.

Dispostas em quatorze mesas, as apresentações debateram os deslocamentos populacionais transcorridos no longo Oitocentos a partir de variadas perspectivas. Foram examinadas as relações entre exílios políticos, contrarrevolução e migrações socioeconômicas; a construção de redes de solidariedade e a formação de identidades étnico-raciais; o papel de grandes negociantes no trânsito de pessoas; além da partilha de experiências de indivíduos de diferentes origens e estatutos tanto a bordo dos navios, no momento do deslocamento, quanto nas cidades de destino. Assim, o evento conjugou temáticas que se entrecruzam, mas que vêm sendo apartadas pela historiografia, como os exílios políticos ocasionados pela Era das Revoluções, o deslocamento de trabalhadores e trabalhadoras ‘livres’ e o tráfico de pessoas africanas escravizadas.

Com o propósito de dar continuidade a essa iniciativa e trazer mais pesquisadoras e pesquisadores para o debate, foi organizado este dossiê temático, composto por nove artigos, duas resenhas e uma entrevista. Juntos, os trabalhos, aqui reunidos, evidenciam o intercâmbio contínuo entre Brasil, Europa e África, sublinham

o vai-e-vem de navios, pessoas e mercadorias e perseguem rotas de longo curso que teceram redes de sociabilidade, as quais viabilizaram o deslocamento de exilados das convulsões políticas que marcaram o longo Oitocentos, mas, também, de negociantes, marinheiros, pessoas escravizadas e trabalhadores e trabalhadoras cativos livres e pobres. Pela leitura destes textos, é nítido que, nesse longo arco secular, adensaram-se as circulações e as conexões atlânticas forjadas nos séculos precedentes, as quais foram cruciais à configuração do Império português – ainda que não tenham se restringido a ele. De forma espontânea ou sob incentivo ou coerção de autoridades governamentais, o mundo seguia em movimento, aproximando pessoas e ideias.

Os textos neste dossiê, ainda que não assumidamente, enquadram-se – ou, pelo menos, flertam com ela – na *Atlantic History*, tanto pelo recorte temporal quanto pela angulação espacial. Em conjunto, abordam as metamorfoses atlânticas no longo século XIX, abrangem vários continentes e evidenciam as transformações em cidades portuárias que conectavam o Atlântico. Adotando abordagens transnacionais e comparadas, os artigos têm por objeto a circulação de pessoas e ideias, permitindo entrever as conexões atlânticas mesmo quando se dedicam ao local e ao singular, aproximando-se daquilo que David Armitage chamou de *História cis-atlântica*.

O texto de Marília Cunha Imbriha dos Santos, que abre o dossiê, traz para o primeiro plano os marítimos que conectavam o Estado do Grão-Pará e Maranhão à metrópole, responsáveis pela construção de verdadeiros corredores de sociabilidade, como formulou a autora. Ao analisar processos de habilitação para familiar do Santo Ofício da Inquisição em Lisboa – instrumento fundamental para legitimar a ascensão social de negociantes do espaço colonial –, Santos observou o grande número de marítimos que atuavam como testemunha. Os habilitandos, que não eram, em sua maioria, provenientes de famílias de mercadores, trocavam as aldeias por centros urbanos, como Lisboa, onde forjavam redes de contato com marítimos. Quando estabelecidos na colônia, na condição de negociantes, estreitavam os laços com aqueles que aproximavam os diferentes espaços do Império Português. Pelas informações de que dispunham, e que transportavam pelo Atlântico, os marítimos tinham o poder de assegurar o êxito ou o fracasso da estratégia de ascensão social dos habilitandos. O artigo dialoga com estudos filiados à História Atlântica e enfatiza a importância das circulações e, sobretudo, dos homens que a possibilitavam, evidenciando, assim, o papel crucial que desempenhavam na estruturação do Império Português.

No segundo artigo, Antônio Octaviano Vieira Junior examina a longa e insatisfatória jornada dos mais de dois mil habitantes da fortaleza de Mazagão, em 1769, por ordem do monarca D. José I, cujo destino final era o Grão-Pará, Amazônia. O texto investiga os motivos do abandono da fortaleza em Marrocos, os falsos argumentos apresentados pelas autoridades e a transferência involuntária dos seus habitantes. Vieira Junior demonstra a heterogeneidade dos moradores e a sua

insatisfação, não somente pela retirada do espaço original, mas pela impossibilidade de permanecer em Lisboa (onde habitaram um curto período até serem deslocados para o Grão-Pará). O autor revela como as relações interpessoais entre o poderoso Marquês de Pombal e os representantes do governo em Mazagão e no Grão-Pará impediram qualquer resistência às mudanças. Por meio da vasta documentação trabalhada – e mesmo a partir da perspectiva de uma mulher escravizada – Vieira Junior procura responder à questão: afinal, para os mazaganistas, o que significou esse deslocamento?

Já a análise de Filipe Matheus Marinho trata do tráfico de crianças para Pernambuco no início do século XIX. Marinho problematiza as fontes disponíveis, apontando para as dificuldades em distinguir, na documentação, crianças, jovens e adultos devido às imprecisões dos termos e suas aplicações. Marinho lembra que apenas no final do século XIX foram formulados, na Europa, critérios para diferenciar crianças e adultos, para além da constituição física. Termos como “moleque”, “cria”, “moleção” ou “adultos”, apesar de representarem um esforço de classificação, muitas vezes mais confundem do que ajudam. Ainda assim, o artigo evidencia que o tráfico de crianças se apresentou como bastante relevante em diversas partes do continente africano e que, em alguns momentos, chegou a Pernambuco um número maior de crianças do que de adultos provenientes da África. O especialista interroga os fatores capazes de explicar essa preponderância de crianças e reflete sobre a importância do cruzamento de fontes e da comparação entre diferentes portos de embarque e de destino para a formulação de hipóteses explicativas.

A seguir, o quarto e o quinto artigos abordam itinerários e percursos de exílio político. O texto de Elsa Caula leva-nos ao espaço platino ao analisar o exílio político desde a Revolução de 1810 até a revolta militar liderada por Rafael del Riego durante o reinado de Fernando VII, a qual marcou o fracasso da expedição espanhola de Reconquista ao Rio da Prata, em 1820. Caula concentra-se na experiência de exílio de Francisco Antonio de Beláustegui, poderoso comerciante de Buenos Aires, a partir de um estudo da correspondência epistolar em seu arquivo familiar. O trabalho dedica especial atenção aos contextos políticos em transformação. Esses são, aqui, entendidos não como explicações lineares e necessárias de trajetórias pessoais, mas como estruturas que abrem possibilidades, mas, simultaneamente, restringem a atuação dos indivíduos.

O artigo de Luaia da Silva Rodríguez analisa a trajetória do emigrado português Augusto José Marcelino da Rocha Cabral, editor e diretor do jornal *O Despertador*, no contexto das Regências brasileiras. Rodríguez examina como um exilado liberal articulou os seus antigos ideais com a nova realidade política brasileira, buscando espaços de integração na sociedade e na política do Império. Por meio do estudo de um conjunto de seções regulares do jornal entre 1838 e 1840, a autora observa como os

emigrados portugueses utilizaram a imprensa para negociar identidades políticas e estratégias de pertencimento dentro de um campo liberal altamente fragmentado, caracterizado por disputas entre regressistas e progressistas.

Depois de expor o exílio de liberais, voltamos ao trânsito de homens e mulheres livres pobres provenientes da Espanha e de Portugal, já na passagem do XIX para o XX, com os artigos de Anndrea Carolyn da Costa Tavares e Cristina Donza Cancela. Ambas as autoras inserem a imigração para a Amazônia no âmbito das transformações sofridas pela região em decorrência da exploração do látex, articulando experiências individuais à expansão do capitalismo industrial do fim do XIX.

Tavares observou que o *boom* da economia da borracha ampliou a demanda de trabalhadores de diversas ocupações para abastecer a crescente população da região. Nesse contexto, trabalhadores marítimos do distrito litorâneo de Aveiro, Portugal, foram atraídos ao Pará para trabalhar na indústria pesqueira. Esse fluxo migratório formou uma rede de informações que viajavam pelo Atlântico, incentivando a emigração de mais indivíduos afetados pelos eventos adversos que prejudicavam a atividade piscatória aveirense no fim do Oitocentos. Ao perseguir algumas trajetórias individuais, a autora observou um trânsito circular marcado por migrações, retornos e reemigrações, bem como a formação de vínculos comunitários que facilitavam a integração de novos imigrantes na sociedade de acolhimento. Essa solidariedade baseada na partilha de uma origem e de um ofício comuns mitigava as tensões e as disputas que atravessavam a experiência cotidiana de estrangeiros inseridos em um mundo de trabalho plural e multiétnico.

Em seu artigo, Cristina Donza Cancela demonstra que os circuitos transatlânticos que conectavam a Europa à Amazônia não foram aproveitados apenas por indivíduos provenientes de Portugal. A autora apresenta, criticamente, a imigração de famílias espanholas para o Pará entre 1896 e 1899, a qual foi subvencionada pelo governo do estado em meio à expansão da economia paraense. Pela análise de fontes quantitativas seriais, Cancela identificou os padrões desse fluxo migratório, o que permitiu que adotasse a metodologia da comparação convergente para examinar as semelhanças e diferenças entre os deslocamentos com origem na Espanha e em Portugal rumo ao estado. A partir da perspectiva comparada, a autora ultrapassou a fragmentação comum dos estudos migratórios, que tendem a atrelar a experiência dos indivíduos migrantes à pertença étnica, e sublinhou a relevância de se considerarem outros fatores, como sexo e idade. Desafiando o migrante universal masculino, atentou para as vicissitudes dos deslocamentos de portuguesas e espanholas, evidenciando as diferenças entre uma imigração espontânea (a portuguesa) e subvencionada (a espanhola).

Outra perspectiva é adotada por Telmo Renato da Silva Araújo na análise da imigração portuguesa na cidade de Belém no fim do XIX. Utilizando o método da

micro-história, Araújo resgata, do esquecimento, os imigrantes desafortunados, que, sem emprego e endereço fixo, dormiam nas praças, embriagavam-se e praticavam a desordem. Esses imigrantes, que “não venceram na vida”, foram acusados de crime ou de roubo, tornando-se alvo da atuação policial. O autor ilustra, com clareza, a partir das fontes mobilizadas, que muitos desses indivíduos, uma vez soltos, reincidiam e eram enquadrados no crime de vadiagem. Evidencia, ainda, como os chamados “antros de desocupados” – botequins e determinados bairros – eram identificados por agentes do Estado e da repressão. Por fim, examina o que chama de “redes de saberes e código” formuladas no dia-a-dia por esses indivíduos, que aprenderam a sobreviver em uma “verdadeira escola do crime” praticando golpes e pequenos delitos.

A vadiagem constitui, igualmente, o tema do último artigo deste dossiê. Nele, Paulo Cruz Terra desenvolve uma instigante análise da (i)mobilidade de trabalhadores no Brasil e no Império Português e reflete sobre os limites da liberdade que se seguiu à escravidão. A pesquisa confirma que, em ambas as geografias, a coerção à vadiagem adquiriu caráter emergencial no contexto dos debates em torno da abolição. Sem se preocupar em escrever uma história comparada das leis antivadiagem adotadas no Brasil e nas colônias portuguesas da África, Terra aproxima-se da História Global do Direito e enfatiza a partilha de uma cultura jurídica atlântica por territórios fortemente dependentes do trabalho escravizado. No mesmo período, disseminava-se, também, em Cuba e nos Estados Unidos, o temor de que trabalhadores negros abandonassem os locais de trabalho e se dedicassem à vadiagem. Para restringir a mobilidade desses indivíduos, aqueles julgados vadios eram sujeitos a diferentes punições conforme as legislações locais, que tinham um mesmo objetivo: a coerção ao trabalho. O interessante é que, conforme o texto sugere, a busca pela imobilidade da mão de obra provocou o deslocamento forçado de vadios e indesejáveis das cidades para o campo, de uma colônia portuguesa para outra e mesmo de um país para outro, na condição de deportados.

As resenhas que compõem este dossiê tratam de duas obras recentes que trazem contributos relevantes para o estudo dos deslocamentos atlânticos. Na primeira, Amanda Pereira dos Santos sublinha a habilidade com que os textos reunidos na coletânea, organizada por Maíra Inês Vendrame e Mariela Ceva, articulam a metodologia da micro-história à perspectiva da história global. Conforme observou Santos, a obra persegue trajetórias individuais e coletivas de (i/e)migrantes e supera análises das causas objetivas dos deslocamentos, que apagam os sujeitos migrantes, sem descurar de temas clássicos dos estudos migratórios, como trabalho e controle fronteiriço.

Na segunda resenha, Diego Pereira Dantas ressalta o ineditismo do livro *Imigração portuguesa no Maranhão e sua inserção na sociedade local (1822-1930)*, de Marcelo Vieira Magalhães. Dantas destaca, em sua análise crítica, que a obra

problematiza a presença de indivíduos provenientes de Portugal na região, contrariando, assim, uma historiografia que “desprezou” ou “naturalizou” essa imigração para aquela província – e depois estado. O autor da resenha enfatiza a envergadura do trabalho de Magalhães, que se propôs a examinar um período extenso (108 anos) a partir de uma grande variedade de fontes, as quais permitem-no demonstrar, quantitativamente, a relevância da presença portuguesa no Maranhão ao longo do período investigado, bem como explorar as suas estratégias de inserção social em um espaço em que, não raro, foram rechaçados, considerando-os, assim como “agentes políticos e econômicos centrais” no Maranhão do século XIX e início do XX.

Por fim, a entrevista conduzida por Murillo Dias Winter com o historiador Hendrik Kraay, professor da Universidade de Calgary (Canadá), realizou-se no âmbito do lançamento de seu novo livro, organizado em parceria com Adriana Barreto de Souza e Crislayne Alfagali, intitulado *As milícias de homens de cor do Atlântico Sul, séculos XVII a XIX* (FGV Editora, 2025). Na ocasião, o professor Kraay reconstrói a sua trajetória acadêmica e analisa as atuais tendências da historiografia brasileira sobre o século XIX. Foram abordados os temas aos quais se dedicou, como as guerras de independência, as circulações internas e transatlânticas e o papel das classes populares na vida política do período, deixando reflexões que constituem um fechamento apropriado para o dossiê.

Boa leitura!